



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº 00048/2005/001/2005

Interessado: LATICÍNIOS FAZENDA PARAÍSO LTDA.

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 7000/2004, infração grave, porte pequeno.

PARECER JURÍDICO

1 – A sociedade empresária em epígrafe foi autuada em outubro de 2004 como incurso no artigo 19, § 2º, item 4 do Decreto 39.424/98, parcialmente modificado pelo Decreto nº 43.127, de 27 de dezembro de 2002, por ter cometido a seguinte irregularidade:

“lançamento das águas de limpeza das instalações e do soro da fabricação de queijos, sem qualquer tratamento prévio em curso d’água, além da disposição e queima de resíduos sólidos (plásticos, papéis) as margens de curso d’água”.

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível, tempestivamente, a autuada apresentou sua defesa alegando, em síntese, que o excesso de soro destina-se aos produtores e que contrataram serviços profissionais para a elaboração de PCA e a implantação de ETE.

3 – Do ponto de vista jurídico os argumentos apresentados na defesa não descaracteriza a autuação sendo destituída de fundamentação técnica e jurídica.

O único argumento que sustenta a defesa é a adoção de medidas necessárias visando resolver sua situação irregular diante da legislação ambiental.

Em consulta ao SIAM constatamos que o empreendimento possui AAF.

Por fim, o Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente esta Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

“Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa”.

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá aplicada de **R\$2.501,00**, por ser a mais benéfica ao autuado.

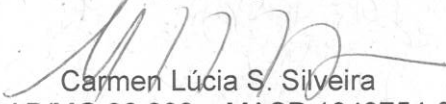
Conclusão

ISTO POSTO e considerando que as alegações apresentadas pela autuada serem irrelevantes diante do processo e ante a ausência de argumentos jurídicos capazes de

descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos a **Presidente da FEAM**, sugerindo a aplicação de uma multa, **no valor de R\$ 2.501,00**, nos termos do artigo 66, I, do Decreto nº 44.844/08.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2013.


Carmen Lúcia S. Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043754-9